

# Avaliando o PROJOVEM urbano de São Luís: da postura metodológica às indagações sobre cidadania.

**Resumo:** O presente artigo avalia os resultados do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Urbano, implementado em 2005 nas capitais brasileiras. Anuncia alguns aspectos metodológicos como: campo empírico, São Luís-MA, ano de realização da pesquisa, 2010; números de sujeitos, 154, sendo 74 egressos do programa e 80 não ingressantes, técnicas de pesquisa, grupo focal e questionário, abordagem da pesquisa, estudo comparativo com enfoque qualitativo que se utiliza de dados quantitativos, e a pergunta de pesquisa: qual a diferença provocada pelo PROJOVEM na vida dos egressos residentes em São Luís- MA? Identifica as finalidades do programa, trazendo sua base conceitual. Mostra os resultados obtidos junto aos egressos de acordo com os objetivos do programa, comparando-os com os resultados obtidos no grupo dos não ingressantes, estabelecendo relação entre si e com o conceito de cidadania. Conclui anunciando que a despeito das inúmeras variáveis contextuais, o PROJOVEM provocou diferença na vida dos egressos ludovicensenses, apontando como aspecto mais acentuado a continuação dos estudos. Contudo, no referente à cidadania, anuncia que o programa não contemplou plenamente os requisitos, embora tenha contribuído visivelmente para reduzir o estado de vulnerabilidade dos beneficiários. Finaliza revelando a postura metodológica da não neutralidade, na qual afirma que os resultados da pesquisa são parciais e questionáveis.

**Palavras Chave:** ProJovem; cidadania; jovens egressos; avaliação

Edinólia Portela Gondim  
Universidade Federal do Maranhão  
(UFMA)  
edinolia@yahoo.com.br

José Albertino Carvalho Lordêlo  
Universidade Federal da Bahia  
(UFBA)  
josealbertino@yahoo.com.br

## Introdução

Discutir programas socioeducativos como o Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem) – requer a busca de respostas para questões que se impõe como subjacentes ao estudo, tais como: O que é o programa? Qual a sua finalidade? Que bases conceituais o sustentam? Para, então, situá-lo no contexto em que foi gestado, sublinhando a preocupação em pensar as questões historicamente construídas. Compreendemos que o conhecimento não é algo *a priori*, naturalmente dado, que fale por si e exista espontaneamente, pois entendemos que, para se avaliar uma política, precisamos identificar as razões que impuseram sua formulação e as determinações advindas da conjuntura em que foi gerada. Reconhecemos que o objeto adquire significação quando é inserido no todo que lhe dá coerência. (GOLDMAN, 1979)

Esse artigo é parte da pesquisa que realizamos para nossa tese de doutorado em que avaliamos o ProJovem-PJ implementado nos anos de 2005/2006, na cidade de São Luís-MA. O trabalho se

(1) Técnica que possibilita contato mais estreito com os sujeitos e melhor flexibiliza as informações em pesquisas com amplo número de sujeitos.

(2) O objeto do estudo é o PJ Urbano, implementado em 2005 nas capitais brasileira, destinado a jovens de 18 a 26 anos de idade em estado de vulnerabilidade, que sabiam ler e escrever mas não haviam concluíram o ensino fundamental. O programa tinha durabilidade de 18 meses e os jovens recebiam uma bolsa de 100 reais para frequentá-lo. Reformulado em 2008 o PJ passou a denominar-se de Integrado (PJ Urbano, PJ Adolescente, PJ Campo, PJ Trabalhador), em 2012 sofreu novas mudanças quando se desvinculou dos demais PJs e migrou para o Ministério da Educação.

caracteriza como uma pesquisa acadêmica de cunho avaliativo, e assume-se como uma abordagem qualitativa que se complementa com dados quantitativos. (MINAYO, 1993) Aproxima-se de uma análise comparativa, à medida que utilizamos um grupo de controle como uma particular estratégia. Para tanto, contatamos com 154 sujeitos, 74 egressos e 80 não ingressantes do programa.

Na perspectiva de garantirmos mais fidedignidade no resultado do estudo, conforme aponta Draibe (2001), a pesquisa de campo foi realizada no ano de 2010, após três anos que os jovens haviam concluído o curso, tempo considerado suficiente para observarmos as interferências diretas do programa sobre os seus beneficiários.

Para imprimir rigor ao estudo e extrair resultados fiéis de maneira eficiente, optamos pela combinação de duas técnicas: grupo focal<sup>1</sup>, com a utilização de questões/temas, e aplicação de questionário. As duas técnicas foram utilizadas também no grupo de controle, este (o grupo de controle) empregado com fins comparativos em relação ao grupo de jovens egressos, com o objetivo de estimar os efeitos de outras políticas que costumam superestimar os dados obtidos nos grupos avaliados. (ARRETCHE, 2001; DRAIBE, 2001)

Por considerar a avaliação como um fenômeno em movimento que interage com os sujeitos e o contexto (MINAYO, 2005; PENA FIRME, 2003; SILVA, 2008), e ainda atentos à defesa de que a associação das propostas teóricas de avaliação com a antropologia pode produzir estudos promissores, embora não excluídos de contradição, elegemos como pergunta principal de pesquisa: qual a diferença provocada pelo PROJOVEM na vida dos egressos residentes em São Luís- MA?

## PROJOVEM, cidadania e jovens egressos de São Luís: qual a diferença?

A Política Nacional para juventude brasileira, implementada em meados da década de 2000, é composta por três propostas que teriam que atuar simultaneamente: a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária –ProJovem<sup>2</sup>.

Este programa socioeducativo, configurado como uma política específica, componente estratégico da Política brasileira

de Juventude, localizava-se naquele contexto sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os idealizadores do programa elegeram como aportes teóricos e de ação os conceitos de inclusão social e de educação integrada. Justificando a presença do primeiro conceito pela concreta tensão entre o local e o global existente na sociedade atual, considerando que, mesmo com inúmeros processos de integração globalizada, existem incontáveis ações excludentes que alimentam profundos sentimentos de desconexão com o mundo e entre os pares. O segundo conceito é justificado pela necessidade de integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária, pois, ao ser realizada essa integração, tornaria viável a concretização do primeiro conceito – a inclusão social.

Ainda em sua concepção teórica, o ProJovem (PJ) reafirma a condição de cidadania dos jovens e ressalta que pretende tirá-los do estado de vulnerabilidade em que se encontram. Para tanto, lhes oferece a oportunidade de voltar à escola<sup>3</sup>, a chance de identificar as oportunidades de trabalho por meio da qualificação profissional e a possibilidade de construir experiências de ações junto à comunidade em que estão inseridos, o que para nós significa proporcionar-lhes noções de cidadania.

Entendemos que ser cidadão, em primeiro lugar, está diretamente ligado ao princípio do “direito a ter o direito” (ARENDDT, 2007), assentado e alienavelmente adquirido por meio da própria condição de ser humano. Contudo, ao relacionarmos as concepções teóricas filosóficas com a objetiva realidade das sociedades capitalistas, como esta em que vivemos, e considerando ainda a concepção de cidadania inaugurada no século XX – a qual se tornou necessária a partir dos descompassos insurgidos no seio do próprio contexto social –, observamos que a condição humana se vincula diretamente a situações dignas de sobrevivência, o que significa ter direito de acesso ao bem estar econômico e de usufruir dos bens produzidos socialmente, dos padrões de desenvolvimento e da herança social e cultural da sociedade. Portanto, é preciso que o indivíduo esteja minimamente situado acima da linha da pobreza e que tenha direito ao trabalho digno<sup>4</sup>, com salários compatíveis, direito à escola de qualidade, e ao sistema de bem estar.

(3) Concluir o ensino fundamental e continuar os estudos.

(4) O mesmo que trabalho decente defendido pela OIT, (2006) aquele com remuneração que garanta condições de manutenção do indivíduo e de sua família, previdência social, férias, salubridade, etc.,

Assim, compreendemos que, em linhas gerais, à medida que o PJ promove o acesso da juventude aos mencionados bens sociais e culturais, está retirando a juventude de uma situação de vulnerabilidade e, indubitavelmente, proporciona-lhes oportunidades de inserção, ainda que não plenamente satisfatórias.

Entendemos que a política social e os seus programas existem para produzir mudanças positivas na vida das pessoas, sendo que essas mudanças, no caso dos beneficiários do PJ, começariam pela confirmação da cidadania juvenil, por via da escola, do trabalho e do engajamento social.

Nesta perspectiva, quando nos propusemos a avaliar o PJ, no sentido de examinar a diferença que esse programa provocou na vida dos beneficiários residentes em São Luís, nossas intenções se direcionaram para sabermos das contribuições do programa para o exercício da cidadania dos concluintes. Para tanto, tomamos como base as finalidades do programa, os seus objetivos e as suas expectativas, as quais expressam de forma ampliada importantes fatores, tais como:

- A reinserção do jovem na escola;
- A capacitação dos jovens para que pudessem identificar oportunidades de trabalho e inserirem-se no mundo do trabalho;
- Desenvolvimento de ações que lhes possibilitassem experiências em ações comunitárias.

Os mencionados fatores se efetivariam pela operacionalização da proposta curricular, que se expressa por meio da integralização do ensino fundamental com a qualificação profissional e a ação comunitária, no sentido de oferecer à juventude beneficiária novas formas de interação, apropriação de novos conhecimentos que possibilitem a reelaboração de experiências e de visões de mundo, com o intuito de reposicionar ou posicionar esses jovens, no que tange a sua inserção social e profissional. (BRASIL, 2005c)

Nesta perspectiva, ratificamos que nos movemos em direção ao conceito de cidadania defendido por Arendt (2007), em que, na sociedade atual, a condição humana antes de tudo precisa ser compreendida a partir do “direito ao direito”, bem como pela concepção inaugurada no século XX, que auferir aos cidadãos direitos aos bens socialmente produzidos. Assim, no caso dos jovens avaliados, são conferidos como direitos o acesso:

- À continuação dos estudos;
- Ao mercado de trabalho;
- Ao engajamento em ações comunitárias.

## A diferença

Confirmamos que os sujeitos pesquisados se constituem em uma amostra da juventude da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Portanto, temos jovens que compartilham da cultura, das formas de agir, de ser, de pensar e de sentir da juventude brasileira e latina, as quais se interrelacionam, mas guardam em si características particulares e específicas: regionais e locais.

Levando em conta nossa condução metodológica avaliativa, que considera a interação do fenômeno estudado com os sujeitos e o contexto (PENA FIRME, 2003; MINAYO, 2005; SILVA, 2008), percebemos que os resultados do programa na vida dos beneficiários possuem estreita relação com a conjuntura em que estão inseridos. Do mesmo modo, ao averiguarmos a diferença entre o grupo de egressos e o grupo de não ingressantes no que se refere aos aspectos avaliados, e tomando como referência a questão de pesquisa, verificamos a grande importância da conjuntura contextual para a juventude pesquisada, tanto no que tange aos avanços, quanto aos retrocessos em seu processo de vida.

No entanto, ao aprofundarmos as análises comparativas e considerando que o grupo de controle é composto por jovens com características e situações de vida similares à dos concluintes do programa, notamos que existem variáveis que sinalizam avanços que se referem, prioritariamente, à existência do programa não isolado, mas tomado nesse contexto. Dentre estas, podemos citar o prosseguimento na educação formal como uma das variáveis de maior expressividade, tendo em vista a constatação de que 71,6% dos jovens egressos continuaram os estudos, contra 31,2% de jovens não ingressantes que compuseram o grupo de controle.

Outra questão que se nos apresenta – não de forma imediatamente reveladora, mas após persistentes indagações e desvelamento das aparências que geralmente acobertam os fenômenos pesquisados (BACHELARD, 1996) – é a relação direta do jovem com o mercado de trabalho. Entre os egressos, durante o ano de 2010, não foram localizados jovens desenvolvendo atividades de “bico”, ao passo que entre os não ingressantes, localizamos 41,25%.

Importa dizer que nos anos de 2005 e 2006 o número de jovens egressos que ocupava postos de trabalho dessa natureza alcançava a mesma média dos existentes no grupo de controle: sessenta (60) egressos e cinquenta e sete (57) não ingressantes. Contudo, embora não tenhamos localizado jovens egressos na condição de trabalho de “bico”, o número dos que estão formalmente trabalhando ou mesmo recebendo salários mensais é, em média, o mesmo dos não ingressantes, e portanto, não existindo um diferenciador significativo. Os dados abaixo ilustram o tratamento que demos acima.

**Egressos:**

- 31 jovens recebendo salários mensais, porém, sem vínculo formal de trabalho;
- 41 com vínculo formal de trabalho;
- nenhum em trabalho de “bico”.

**Não ingressantes (grupo controle):**

- 48 jovens sem vínculo formal, mas com salários mensais;
- 32 com vínculos formais;
- 33 situados em atividades denominadas bico.

Além disso, estes jovens (egressos), em sua maioria, estão localizados no ramo da construção civil ou em postos de trabalho considerados socialmente de menor valor, recebendo salários incompatíveis com o esforço laboral despendido. Isso revigora nossa atenção sobre uma das finalidades do programa, que versa sobre a identificação de oportunidade de trabalho e não sobre a capacitação para o mundo do trabalho. (BRASIL, 2005c)

Chama-nos a atenção também o alcance da consciência demonstrada por esses jovens sobre a sua situação profissional, pois o fato de estarem em qualquer tipo de trabalho não significa para esses jovens um acontecimento que lhes dê satisfação plena como cidadão. Aqueles que não possuem vínculo formal mostram-se insatisfeitos com esta situação. Outros demonstram insatisfação com os salários não condizentes ou mesmo porque pretendem realizar trabalhos que lhes proporcionem autorrealização e reconhecimento social. O interessante é que o requerimento de tais aspirações se manifesta dentro de um modelo de conduta que considera valores como dignidade, solidariedade e crédito em si próprio.

A terceira questão que se revela como uma variável no diferenciador do programa na vida dos egressos remete-se ao último item por nós perquirido: o engajamento desses jovens concluintes em ações comunitárias, tendo em vista ser essa uma das dimensões do programa, e que se interrelaciona com as suas finalidades e expectativas. Nesse item observamos um acentuado espírito gregário nos dois grupos pesquisados (egressos e não ingressantes), mesmo porque, nesse estudo, a expressão maior de ação comunitária se desloca para a agregação juvenil no interior das manifestações culturais. Tal deslocamento se justifica porque, em São Luís, como em outros contextos que valorizam as expressões culturais/religiosas, essas também funcionam como elo que congrega e fortalece vínculos entre as pessoas, bem como, entre as pessoas e o próprio lugar/comunidade.

Desta forma, o diferenciador que se revela como efeito produzido pelo PJ nesse item se assenta, essencialmente, na existência de um número razoável de jovens egressos engajados em atividades de expressões culturais<sup>5</sup>, realizando tarefas e/ou localizados em postos de comando ou na condição de brincantes.

Entre esses jovens, 47 foram engajados após o PJ, sendo que 20 localizam-se em postos de comando, enquanto que no grupo dos não ingressantes encontramos 31 jovens que se engajaram após os anos de 2005/2006 e somente 2 estão em postos de comando. No grupo dos egressos, todos – de forma ampliada ou restrita –, atribuem ao PJ o mérito por desenvolverem as mencionadas tarefas.

Pensamos que a preferência juvenil por essa forma de engajamento (expressões culturais) detrimento das demais, ocorre, em primeiro lugar, motivada pelo peso que essas manifestações carregam dentro da cultura ludovicense, pois são centenariamente cultivadas objetivamente e no imaginário social. Na atualidade, são apreciadas durante todo o ano, especialmente no período dos festejos juninos, e tal preferência é uma das características que marca e distingue o povo maranhense, tendo em vista que são tradições que se revelam como culturais.

Em segundo lugar, a preferência juvenil por essa forma de engajamento ocorre porque as manifestações culturais são carregadas de alegria, entusiasmo, arte e movimento, comportando um grande aspecto de entretenimento, o que vem a combinar com as características imanentes da juventude. No entanto, notamos que o aspecto alegre e prazeroso existente nessas manifestações

não impede que os jovens guardem em si valores e sentimentos de cooperação, solidariedade e comunidade, pois a participação ativa nessas atividades culturais faz com que realizem esforços para elevar e dar visibilidade à comunidade onde estão inseridos. Importa dizer que com base na avaliação feita no decorrer deste estudo podemos identificar alguns equívocos do PJ, tais como:

- a. Não vinculação do Programa com o mercado de trabalho;
- b. Pouca contribuição dos Arcos Ocupacionais para o aprendizado dos concluintes;
- c. A insuficiente carga horária da Dimensão Qualificação Profissional, bem como daquela destinada à Ação Comunitária;
- d. O formato organizacional e ideológico do programa como política, pois coaduna com os parâmetros da política neoliberal, populista, assistencialista e focalizada, que é contrária à luta por uma política educativa universalista, travada a partir da redemocratização do país na década de 80;
- e. A forte incongruência que se revela na materialidade do programa como um equívoco perante uma política educativa profissionalizante;
- f. A forma como o programa foi situado no cenário nacional: uma estrutura socioeducativa vertical, emergencial, comportando em si uma burocracia específica. (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2009)

Ainda assim, constatamos que o PJ conseguiu produzir diferenças positivas na vida dos egressos residentes em São Luís, contribuindo para a complementação do ensino fundamental que por vários motivos havia sido interrompido, e influenciando os jovens a dar continuidade aos estudos, conscientes de que a educação, além de um direito, é um bem social que facilita a conquista de uma cidadania cada vez mais concreta.

A propósito do mencionado, ao analisarmos o item “Continuação da Educação Formal”, observamos que embora a formação dos dois grupos comparados (egressos e não ingressantes) sejam similares, apresentam diferenças no que concerne à organização dos conteúdos curriculares e a carga horária.

Quanto à formação escolar oferecida pelo PJ, a Dimensão Escolarização divide a carga horária de 1.200 horas presenciais e 400 não presenciais com outras duas Dimensões – Qualificação Profissional (350h) e Ação Comunitária (50h) –, enquanto na realidade dos não ingressantes as 1.600<sup>6</sup> horas presenciais são dedicadas exclusivamente à formação escolar básica.



Isso nos dá mais segurança para afirmar que o PJ provocou um expressivo diferencial no que concerne à “Continuação da Educação Formal”, quando comparamos os dois grupos, conforme se pode observar nos índices já apontados anteriormente.

Todavia, precisamos destacar que, além do acesso, para que a escola seja considerada um bem que compõe a cidadania dos indivíduos, precisa oferecer garantias de qualidade. Conforme esta lógica, se levarmos em conta as recorrentes situações de constrangimento pelas quais a maioria dos jovens que fazem ou fizeram formação escolar no PJ ou em programas similares passam no interior das instituições em que prosseguem os estudos, essa escola que os exclui não pode ser reconhecida como de qualidade.

Assim, os jovens egressos que continuaram os estudos não usufruiriam desse direito na sua plenitude, se comparados aos outros jovens que fizeram cursos regulares. Porém, excetuado esse aspecto, podemos confirmar o prosseguimento da escolarização básica como o diferencial mais significativo produzido pelo PJ na vida dos egressos residentes em São Luís, congregando neste um dos expressivos pilares que asseguram a cidadania.

Já no atinente ao engajamento dos jovens nas expressões culturais de cunho coletivo comunitário, os efeitos do PJ, no sentido diferenciador de sua contribuição para cidadania, são expressos de outro modo. Se considerarmos o fato de a formação dos jovens não ingressantes não contemplar de forma visível o item “ação comunitária”, pois entremeiam essa formação aos temas transversais, somos induzidos a refletir sobre os resultados desse item em particular sobre o maior número de jovens egressos localizados em atividades de comando no interior das manifestações culturais de cunho comunitário. Levando em conta essa diferenciação de formação, os efeitos produzidos pelo PJ, quando comparados com os do grupo de controle, podem ser considerados satisfatórios. Contudo, essa constatação vem elevar o diferencial existente no desenho

curricular do programa. Ao lado disso, a comprovação dos resultados nos leva a admitir que a “Dimensão Ação Comunitária” tenha proporcionado à juventude egressa ações concretas que lhes permitiram o exercício da cidadania, entretanto, em um plano mais abstrato, a exemplo, a consciência de que a sua condição humana lhe possibilita “o direito ao direito”.

(7) As relações entre capital e trabalho centravam-se no modelo de Estado de Bem Estar Social, mediadas no âmbito dos Estados Nacionais.

Essa juventude leva uma *vita activa*, na medida em que, por meio da sua participação nas expressões culturais, é condicionada pela cultura e pelas normas sociais e organizacionais existentes, as quais foram inventadas por outros homens que por lá passaram, ao mesmo tempo em que dá à juventude prosseguimento a essas invenções e são inventadas outras mais. Por meio dessas organizações coletivas são transpostos impedimentos no sentido de entender e requerer progressivamente novos direitos. (ARENDDT, 1992)

Entretanto, no quesito trabalho, um dos bens mais requisitados pela humanidade na contemporaneidade, em especial nas sociedades capitalistas, o diferencial produzido pelo PJ, mesmo com a inexistência de jovens na condição de trabalho de “bico” entre os egressos, não atingiu os níveis que lhes conferem a condição de cidadãos, tendo em vista que a maioria não desenvolve trabalho considerado digno ainda que mais de 1/4 esteja formalmente inserido no mercado e que mostre pequenos avanços numéricos em relação ao grupo de controle e outros mais, como no referente à visão de si mesmo no mundo do trabalho, no atinente a insatisfações que os conduzam a buscarem trabalhos com maiores remunerações e respeitabilidade social.

Por essa constatação, percebemos que, quando os avanços dependem da juventude egressa, isto é, quando estão dentro dos limites de esforços dos jovens, como no caso do prosseguimento dos estudos e do engajamento em manifestações culturais, a juventude tem mais condições de se localizar e os efeitos são mais expressivos. Entretanto, quando os avanços saem dos limites dos jovens, como a sua inserção ao trabalho, pois neste caso, depende de outrem, ou seja, do mercado de trabalho, os efeitos não são tão expressivos.

Pensamos que a mencionada dificuldade também está diretamente ligada às novas exigências do mundo do trabalho, que vem substituindo a força de trabalho pela tecnologia. As formas tradicionais de trabalho, definidas a partir do paradigma taylorista/fordista<sup>7</sup>, são pouco utilizadas na atualidade. O novo momento exige a presença da ciência e da tecnologia no conhecimento do trabalhador, no sentido de que esse domine os processos produtivos e sociais. Isso demanda, para alcançar postos de trabalho digno, com níveis salariais e condições coerentes, ir além do desenvolvimento de competências cognitivas, necessitando também de competências que possibilitem bons relacionamentos. Além disso, é exigida a

capacidade de saber usar o conhecimento científico das múltiplas áreas, com fins a resolver de forma inovadora os novos e recorrentes problemas. Esse domínio vai implicar, não somente nos conteúdos, mas também nas variadas formas metodológicas de se desenvolver o trabalho intelectual que exige a multidisciplinaridade, o que demanda uma educação profissional em níveis crescentes de complexidade.

Destacamos que a “Dimensão Qualificação Profissional”, pelo próprio formato do PJ como programa socioeducativo em nível inicial de escolaridade, não pôde oferecer tal formação. Ao mesmo tempo em que o programa anuncia a pretensão de proporcionar a formação integral, e reafirma a qualificação com certificação de formação inicial, também trata da identificação de oportunidades de trabalho (BRASIL, 2005c), deixando claro, pelo seu formato curricular – principalmente no referente à carga horária –, que na última pretensão se concentra o peso maior.

Em países e em regiões como a nossa, além das exigências enunciadas para se ter um trabalho considerado digno, os reduzidos postos de trabalho concorrem para que as feições do desemprego e do emprego precarizado se revelem de forma por demais perversas. Os direitos de cidadania em sua totalidade ainda estão longe de ser assegurados para a maioria da população, e a existência de desigualdades de todas as ordens acentua as diferenças de acesso ao trabalho, sobretudo ao considerado trabalho digno, como também aos bens e serviços socialmente produzidos. (KUENZER, 2003)

De acordo com essa lógica, a empregabilidade passa a ser flexível no que se refere ao requerimento de adaptação do trabalhador às novas situações, o que concorre para que a maioria dos trabalhadores se conforme com situações de trabalho cada vez mais precárias. Contudo, nesse sentido, mais de 1/4 dos jovens egressos fizeram a diferença, pois se mostraram por demais insatisfeitos com suas condições de trabalho.

Importa dizer que, a despeito do discurso dominante que associa aumento de escolaridade com empregabilidade, o cenário educativo, em especial da educação profissional, demanda desiguais aportes e modelos de educação. Para os que estão sem emprego ou desenvolvendo trabalho precarizado, é oferecida uma formação simplificada, de curta duração, como no caso do PJ. Aos outros, pequeno grupo que ocupará os postos que se referem à concepção, manutenção e gerência, é oferecida uma formação

de maior complexidade, maiores custos e longa duração. Não se pode negar, por outro lado, que a tendência mundial à elevação da escolaridade venha produzindo uma participação mais qualificada na vida produtiva das pessoas, provocando significativas mudanças no social e gerando novos padrões de consumo, em decorrência da reunificação entre ciência, trabalho e cultura. Esse fator realmente estabelece uma nova relação entre homem e conhecimento, porém, em sociedades como a nossa, isso não altera a distribuição desigual dos bens econômicos e culturais produzidos socialmente.

Devemos ainda salientar que esse contexto de desigualdade serve de base para formulação de políticas de educação que tentam eliminá-las, isto é, políticas e/ou programas que se referem à recondução ou condução das pessoas ao mercado de trabalho. Assim, iniciativas educativas com vertente profissionalizante entram no cenário social, preferencialmente nos países latino americanos e no Caribe. O PJ se caracteriza como uma delas, todavia, ao oferecer somente a complementação da primeira etapa da educação básica e devido à reduzida carga horária dispensada à Qualificação Profissional, não consegue assegurar conhecimento e competências que possibilitem aos jovens beneficiários ultrapassarem as ocupações informais e precárias.

Assim, apesar da não existência de jovens egressos em ocupações consideradas de “bico” – o que se constitui como um diferenciador – quando comparamos a localização de jovens egressos e não egressos em trabalho com vínculos formais, mas que não se encaixam nos padrões do trabalho digno, percebemos que os efeitos provocados pelo PJ não alcançaram níveis que possam ser considerados como referências de cidadania, pois esse tipo de trabalho não corresponde ao requerimento dos direitos para tal.

Importa observar que o trabalho com esse formato tem expandido muito no Brasil e em São Luís. Últimas pesquisas realizadas em dezembro do ano em curso (2011) anunciam índice de 5,2% de queda no desemprego do país (IBGE, 2011), sendo o mais significativo dos últimos nove anos. Contudo, Arroyo (2007) já vem alertando sobre esses índices de pesquisas, pois, em geral, tratam de trabalho precarizado, subempregos que não garantem a sobrevivência imediata e acarretam consequências danosas. Que perspectivas futuras pode ter um jovem que será identificado como sujeito que exerce indefinidamente um trabalho sem dignidade? Além da visão negativa de si mesmo, o traço mais sério é a

insegurança. Ele não tem uma configuração clara de trabalhador. Ao contrário, cria a ideia de ser alguém sem horizontes, e não ter horizontes é não construir um caminho: “Não projetar-se no tempo como horizonte é estar atrás do tempo, não controlar o seu tempo humano.” (ARROYO, 2007, p. 8)

Por outro lado, os jovens egressos, mesmo ocupando postos que não condizem com suas perspectivas, estão isentos dessa característica, pois revelaram possuir muitas expectativas de futuro. Mesmo aqueles que estão insatisfeitos com o trabalho que exercem, estabelecem projetos com prospecção de vida. Além disso, possuem muitos sonhos pessoais: ter uma vida melhor, estudar, trabalhar, constituir família, ter segurança financeira e ver os seus descendentes prosperarem com dignidade.

Não obstante, esses jovens são os mesmos que, antes de ter expectativa de participação no crescimento do país, como requerem as determinações dos organismos multilaterais imbutidas nas políticas para juventude, participam do mesmo contexto social daqueles que, longe de um bem viver democrático, são motivo de preocupação da sociedade, ao integrar um grupo de risco com maior propensão à violência e à marginalidade. Por estas exercerem efeitos danosos sobre a segurança pessoal e sobre a imagem que fazem de si mesmos, os jovens terminam se afastando das diversas formas de pertencimento, o que reforça a negatividade e acaba por levá-los a sucumbirem à situação de vulnerabilidade, embora entendamos que, nos últimos anos, a CEPAL tenha ressignificado esse conceito e identificado o que chama de *vulnerabilidade positiva*, à medida que, ao vivenciar situações de risco, os jovens podem desenvolver formas de resistência.

Desconfiamos desse ponto de vista, pois esse conceito nos passa a ideia de algo sem perspectiva, sem segurança, fugaz e momentâneo, como se o indivíduo se mantivesse sempre em estado de alerta para enfrentar qualquer situação e não precisasse de bem social, cultural e econômico para viver bem. Ademais, não sabemos até onde essa ideia é tendenciosa e imbuída da ideologia dominante, que objetiva incutir a impressão de que ser vulnerável é positivo.

Em oposição a esse discurso, compreendemos vulnerabilidade como uma forma de segregação. Não obstante, apesar das polaridades e das velhas dicotomias da vulnerabilidade da juventude popular, verificamos que a juventude concluinte do PJ não está isenta da vulnerabilidade e dos fatores que a determinam,

mas tal fato não chega a abalar determinantemente suas formas de pertencimento e agregação, tampouco abafam a confiança que esses jovens depositam no mundo, no futuro e em si mesmos.

## Para concluir

Deste modo, nossas análises nos encaminham a concluir que, apesar das variáveis existentes no percurso do estudo, em que algumas possuem implicações direcionadas propriamente ao PJ, o contexto conjuntural inerente à sociedade em que vivemos, com suas férteis desigualdades das mais variadas ordens, influenciam e muito determinam os limites de cidadania, dispensando objetivamente a ela, feições correspondentemente aos níveis sociais a que os sujeitos pertencem. Assim, não possuir cidadania plena assegurada é uma forte característica das pessoas que compõem os estratos sociais mais baixos. Portanto, mesmo tendo aproveitado as oportunidades oferecidas por meio do PJ, as restrições impostas pela conjuntura social impedem que os egressos possam usufruir da cidadania em sua totalidade. Desta maneira, o PJ não proporcionou completa cidadania aos egressos, mas contribuiu de forma singular para amenizar o estado de vulnerabilidade dos beneficiários egressos.

Destarte, ao concluir esse trabalho, reafirmamos que os seus resultados foram fruto de exaustivos estudos que envolveram sujeitos, contextos e processos, e que esta discussão se pautou em valores e concepções sobre a realidade social da qual partilham os sujeitos beneficiários. Assim, nos esforçamos para estabelecer uma contraposição à ideia da neutralidade, em que os resultados de pesquisas se encerram em si mesmos como algo definitivo.

Não percorremos, para tanto, um único caminho inicial. Na construção desse trabalho foram surgindo outras alternativas que ampliaram o nosso olhar e nos conduziram ao exercício de considerarmos as múltiplas possibilidades, e também experimentarmos o inacabado, o que proporciona que o nosso estudo seja questionável e parcial como o é todo conhecimento sobre o social.

## Assessing the urban PROJOVEM of São Luís: from the methodological approach to questions about citizenship.

**Abstract:** evaluates the results of the National Program of Youth Inclusion – Urban PROJOVEM, implemented in 2005 in the Brazilian capitals. It announces some methodological aspects such as: empirical field, São Luís-MA, the year of the survey, 2010; numbers of subjects, 154, 74 from de Program and 80 that did not take part of the Program, research techniques, focus group and questionnaire, research approach, comparative study with qualitative approach that uses quantitative data, and the research question: What is the difference caused by PROJOVEM in the lives of the graduated students that lives in São Luís-MA? It identifies the purposes of the program, bringing its conceptual basis. It shows the results obtained from the graduated students according to the program objectives, comparing them with the results obtained in the group of the students that did not take part of the Program, establishing the relationship between these and the concept of citizenship. It concludes by announcing that despite the numerous contextual variables, PROJOVEM caused changes in the lives of the São Luís graduated students, pointing as the strongest aspect the continuation of the study. However, with regard to citizenship, it announces that the program did not include full requirements, although it has contributed noticeably to reduce the vulnerability condition of the beneficiaries. It ends revealing the methodological approach of non-neutrality, in which it states that the research results are partial and questionable.

**Keywords:** ProJovem; Citizenship; Graduated students; Evaluation

## Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARRETCHE, M. T. S. Uma Contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 115-142.
- ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? REVEJA- *Revista de Educação. Jovens e Adultos*, v. 1, p. 01-108, ago. 2007.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição de uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRASIL. Secretaria Geral da Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem. *Projeto do Programa ProJovem: educação qualificação e Ação Comunitária*. Brasília, DF, 2005c.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de um trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.

C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/ PUC, 2001. p. 8-33.

GOLDMANN, I. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. *Pesquisa mensal de emprego...* Divulgação: 26/01/2012 (Referência: Dezembro 2011). Disponível em: < <http://ibge.gov.br> >. Acesso em: 30 jan. 2012.

KUENZER, A. *As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica*. Curitiba, 2003. Mimeo.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? *Caderno de Saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./ set. 1993. Disponível em: < <http://www.Sielo.br> >. Acesso em: 10 maio 2009.

NASCIMENTO, I. V.a; ARAÚJO, K. C. Q. Projovem como mecanismo de inclusão social: um olhar sobre a elevação da escolaridade de jovens egressos. In: DUARTE, M. R. T. (Org.). *Palavra de jovens sobre o Projovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 153-174.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho descente nas Américas*. Brasília, DF, 2006.

PENA FIRME, T. *Avaliação em rede*. 2003. Disponível em: < <http://www.rits.org.br> >. Acesso em: 3 maio 2009.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos*. São Luís, 2009.

SILVA, Maria Osanira da Silva et al. *Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras; São Luís: GAEP, 2008.

Submetido: 02/05/2013 Aprovado: 19/02/2016